



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

## DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (T5-TI-INFRA)

### ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO Nº 2611352

1 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
Renovação de licenças do software de Virtualização de Storage SVC IBM atualmente em uso no ambiente de Datacenter do TRF5 e Seções Judiciárias.			
2 – REQUISITOS DE NEGÓCIO DA ÁREA REQUISITANTE			
2.1 – NECESSIDADES DE NEGÓCIO			
<b>Necessidade 1:</b>		Assegurar efetividade dos serviços de TI para o TRF5 e Seções Judiciárias.	
Id	Funcionalidade	Id	Ator Envolvido
1	Prover segurança e confiabilidade dos dados	1	Servidor da Seção de Gestão da Operação (SGP)
<b>Necessidade 2:</b>		Adequar a disponibilidade de ativos e serviços de TI aos níveis de serviços acordados.	
Id	Funcionalidade	Id	Ator Envolvido
1	Garantir a recuperação de dados	1	Servidor da Seção de Gestão da Operação (SGP)
<b>Necessidade 3:</b>		Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões, equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas.	
Id	Funcionalidade	Id	Ator Envolvido
1	Realizar espelhamento de forma Ativo Ativo.	1	Servidor da Seção de Gestão da Operação (SGP)
2.2 – DEMAIS REQUISITOS			
Id	Tipo	Requisito	
1	Capacitação	Não há	

2	Legais	<p>i. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;</p> <p>ii. Lei 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</p> <p>iii. Decreto nº 5.450/2005: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;</p> <p>iv. Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal;</p> <p>v. Decreto nº 7.892/2013: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;</p> <p>vi. Nota Técnica nº 02/2008 – SEFTI/TCU – Estabelece o uso do pregão para aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação;</p> <p>vii. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;</p> <p>viii. Instrução Normativa SLTI nº 01/2014: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;</p> <p>ix. Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça: Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).</p> <p>x. Resolução nº 279/2013 do Conselho da Justiça Federal: Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus</p>
3	Infraestrutura	Não demanda

4	<b>Segurança</b>	<p>Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes.</p> <p>Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos.</p> <p>Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa do CONTRATANTE.</p> <p>Submeter seus recursos técnicos aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo CONTRATANTE, durante o tempo de permanência nas suas dependências.</p> <p>A CONTRATADA deverá garantir a segurança e autenticação de seus empregados através da identificação individual de analistas e gerentes.</p> <p>Em caso de desligamento de qualquer empregado da CONTRATADA, este deverá ter imediatamente todos os seus acessos aos sistemas cancelados.</p>
5	<b>Manutenção</b>	Realizada pelo Tribunal
6	<b>Temporais</b>	Relatório mensal elaborado por analistas do TRF5 sob a utilização do ambiente
7	<b>Sociais, ambientais e culturais</b>	<p>A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.</p> <p>8.6.2 É dever da CONTRATADA observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.</p>
8	<b>Arquitetura tecnológica</b>	Uso dos Storages e do SVC
9	<b>Projeto de implementação</b>	Projeto já implantado. Será apenas ampliação.
10	<b>Implantação</b>	Implantado

11	<b>Garantia de manutenção</b>	O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.
12	<b>Experiência profissional</b>	<p>Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme itens de maior relevância:</p> <p>No Atestado de Capacidade Técnica deverá constar o nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica ou qualquer outra forma que o TRF5 possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.</p>

<b>3 – LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS</b>			
<b>Solução 1</b>	<b>Nome da Solução</b>	<b>Entidade</b>	<b>Valor</b>
	Adquirir uma nova solução de Virtualização de storage	TRF5 e Seções	
	<b>Descrição:</b>	Esta solução implica em adquirir uma nova solução para virtualização de Storage, que também incorrerá em aquisição de licenças para ativação e subscrição da solução adquirida	
<b>Fornecedor:</b>	Diversos		
<b>Solução 2</b>	<b>Nome da Solução</b>	<b>Entidade</b>	<b>Valor</b>
	Renovação de licenças do Virtualizador de Storage atualmente em uso no ambiente de Datacenter do TRF5 e Seções Judiciárias.	TRF5 e Seções	

	<b>Descrição:</b>	<p>1. renovação de licenças do Virtualizador de Storage atualmente em uso no ambiente de Datacenter do TRF5 e Seções Judiciárias:</p> <p>Esta era uma solução já prevista desde que o virtualizador foi adquirido. Novas licenças devem ser adquiridas de acordo com o crescimento dos dados armazenados. Não sendo recomendado adquirir licenças com muita antecedência. Para que elas não fiquem ociosas, desperdiçando recursos orçamentários.</p> <p>Como a aquisição de uma nova solução também implica na aquisição da mesma quantidade de licenças que existem atualmente somado a quantidade que será adquirida. Indicamos pela opção de renovar apenas as licenças já existentes.</p>
	<b>Fornecedor:</b>	IBM

<b>4 - DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES</b>				
<b>Requisito</b>	<b>Id da Solução</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	<b>1</b>	<b>X</b>		
	<b>2</b>	<b>X</b>		
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Federal?	<b>1</b>	<b>X</b>		
	<b>2</b>	<b>X</b>		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	<b>1</b>			<b>X</b>
	<b>2</b>			<b>X</b>
A Solução é um software livre ou software público?	<b>1</b>		<b>X</b>	
	<b>2</b>		<b>X</b>	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?	<b>1</b>			<b>X</b>
	<b>2</b>			<b>X</b>
A Solução é aderente às regulamentações	<b>1</b>			<b>X</b>

da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	<b>2</b>			<b>X</b>
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus?	<b>1</b>			<b>X</b>
	<b>2</b>			<b>X</b>

## 5 – JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

### 5.1 – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

<b>Nome:</b>	Aquisição de novas licenças do Virtualizador de Storage atualmente em uso no ambiente de Datacenter do TRF5 e Seções Judiciárias.		
<b>Descrição:</b>	Serão adquiridos licenças que aumentarão a capacidade armazenamento de dados, “virtualizarão” os Storages existentes, e, no futuro, farão parte do projeto de interligação de sites da Justiça Federal da 5ª Região.		
<b>Bens e Serviços:</b>	<b>Id</b>	<b>Bem / Serviço</b>	<b>Valor Estimado</b>
	1	IBM Virtual Storage Center Storage Capacity Unit (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal(#EOMP3LL)	400.000,00
	2	IBM Virtual Storage Center Storage Capacity Unit (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	400.000,00
	3	IBM SAN Volume Controller Real-time Compression Storage Capacity Unit Annual SW Subscription & Support Renewal 12 Months	200.000,00
		<b>Total</b>	<b>1000.000,00</b>

### 5.2 – BENEFÍCIOS ESPERADOS

<b>Id</b>	<b>Benefício</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Manter de equipamentos atualizados tecnologicamente e em conformidade legal;</li> <li>ii. Maior disponibilidade de aplicações extremamente críticas (ex.: PJE, SEI);</li> <li>iii. Atualização do parque tecnológico;</li> </ul> <p>Possibilidade de fornecimento de recursos computacionais para novos sistemas.</p>

6 –NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Id	Tipo de Necessidade	Descrição
1	Elétrica	Não adequações para fazer
2	Física	Não adequações para fazer

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
<p>_____</p> <p><b>Bruno Figueiredo Torres</b> Matricula: 1200</p>	<p>_____</p> <p><b>Arnaldo Leite Pereira</b> Matrícula: 697</p>	<p>_____</p> <p><b>Alexandre Lima Farias</b></p>

Em 03 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO FIGUEIREDO TORRES, SUPERVISOR(A)**, em 07/03/2022, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ARNALDO LEITE PEREIRA, DIRETOR(A) DE DIVISÃO**, em 09/03/2022, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE LIMA FARIAS, SUPERVISOR(A)**, em 10/03/2022, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **YURI GALINDO FRANCA DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 26/04/2022, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO RODRIGUES ROCHA, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA**, em 26/04/2022, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HEDWIO CARVALHO E SILVA, SUPERVISOR(A)**, em 09/05/2022, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2611352** e o código CRC **66E97C1A**.

